

Alessandra Correia Xavier

Creche: espaço de aconchego ou conflito?

Rio de Janeiro
2001/2

Alessandra Correia Xavier

Creche: espaço de aconchego ou conflito?

Alessandra Correia Xavier

Creche: espaço de aconchego ou conflito?

Monografia apresentada a
Escola de Educação da
Uni Rio para obtenção de
Licenciatura em
Pedagogia.

Professora Orientadora: Rita Maria Manso de Barros

Rio de Janeiro
2001/2

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

Reitor: Pietro Novellino
Decano: Maria José Mesquita Cavalheiro de Macedo Wehling
Diretora: Deise Martins Hora
Chefe de Departamento: Mônica Mandarino
Professor: Sueli Barbosa Thomaz

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe Ana Helena, meu pai Nilton e meus irmãos, Flavia e Bernard.

Ao meu Igor, companheiro de todas as horas, de sorrisos e lágrimas (que foram muitas!), há 10 anos.

À Severina, que apesar de não ter filhos biológicos, nos materna, e é mãe e avó dedicada e amorosa.

À Sonia, que apesar de ter sua Sabrina apenas no coração e na lembrança, não deixará de realizar seu sonho de maternidade plena nunca.

Às colegas e amigas que se tornaram mães durante o curso.

Às mães do Reino Infantil Creche e Escola, que me ajudaram na conclusão deste trabalho.

E à minha Mariana, que me ensina a ser mãe todos os dias.

Agradecimentos

Aos professores da Uni-Rio: Rita Maria Manso de Barros, pela orientação do meu trabalho monográfico, pois sem ela, estaria completamente perdida; Liana Ocampo, por uma história de vida linda e por poder dividir suas experiências com seus alunos de forma doce e consciente de seu papel social; Sueli Barbosa Thomaz, pela sua alegria eterna (mesmo quando não está alegre!) em sala de aula; e todos outros tantos professores que passaram pela minha vida acadêmica que, de uma forma ou de outra, aprendi com TODOS eles como ser (e como não ser) um bom profissional.

Aos colegas e amigos, conquistados durante 4 anos e meio de estudo. Pessoas que dividiram comigo momentos de alegria, de tristeza, de raiva e revolta, de conquistas, de descobertas e etc, que com certeza só enriqueceram minha formação, tanto profissional quanto pessoal.

Aos funcionários da Universidade, que são apenas coadjuvantes do processo acadêmico, mas de muita importância.

À minha família, que sem ela, eu NUNCA poderia ter concluído esse curso, que faz parte da realização de um sonho muito importante.

Ao Reino Infantil Creche e Escola, principalmente à Ana Carolina Oliveira, uma Educadora no sentido pleno da palavra.

A todos, a minha eterna admiração e gratidão.

*“Por que Deus permite
que as mães vão-se embora?
Mãe não tem limite,
é tempo sem hora,
luz que não apaga
quando sopra o vento
e chuva desaba,
veludo escondido
na pele enrugada,
água pura, ar puro,
puro pensamento.
Morrer acontece
com o que é breve e passa
sem deixar vestígio.
Mãe, na sua graça,
é eternidade.
Por que Deus se lembra
-mistério profundo-
de tirá-la um dia?
Fosse eu Rei do Mundo
baixava uma lei:
Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.*

Carlos Drummond de Andrade

"E, quando ajudamos alguém a crescer, crescemos juntos e com isso nos tornamos mais fortes."

Rosângela Matheus

"Toda e qualquer criança do mundo deve ter seus direitos respeitados, sem discriminação por raça, cor, sexo, língua, religião, país de origem, classe social ou riqueza"

Direitos da criança, 1º Princípio

"Quem somente pensa na felicidade de seus filhos, comete dois erros gravíssimos: não sabe procurar a felicidade própria e os filhos paradoxalmente não aprendem essa arte."

Carl Gustav Jung

"Os vossos filhos não são vossos filhos. São filhos e filhas da fome que tem a vida em si mesma. Não vos pertencem, embora vivais juntos. Podeis guardar seus corpos, mas não suas almas."

Khalil Gilbran

"Lute contra o sentimento de culpa por deixar seu filho enquanto trabalha. O bebê precisa sentir que sua mãe está bem, para viver essa fase com tranquilidade."

Frase retirada da revista

Crescer, jun/2001

SUMÁRIO

Dedicatória.....	04
Agradecimentos.....	05
Epígrafe.....	06
Sumário	08
Resumo.....	09
1- Introdução.....	10
2- Maternidade: Uma história sem muitos finais felizes.....	14
3- A relação mãe-filho.....	28
4- Socorro, mamãe foi trabalhar!.....	35
5- A creche em foco.....	42
6- Com a palavra, a mãe.....	51
7- Conclusão: A creche é um espaço de aconchego ou de conflito?.....	53
Referências Bibliográficas.....	57
Bibliografia.....	59

RESUMO

No século XVIII, milhares de crianças morreram devido à má qualidade da relação mãe-filho. O século passou, as coisas mudaram. A mulher foi ao mercado de trabalho, e, incumbida de cuidar da felicidade dos filhos, tornou-se culpada por não estarem 24 horas por dia com eles. Como resolver o trinômio “família-trabalho-realização”?

1- INTRODUÇÃO

Desde os tempos em que as fêmeas ancestrais do *Homo sapiens* saíam para colher vegetais enquanto os machos caçavam, crianças são deixadas com outras fêmeas. Dado este fato, o dilema das mães que trabalham fora não é um fenômeno pós-guerra.

Mas foi com a entrada das mulheres no mercado de trabalho que a denominação “creche” foi empregada na sociedade contemporânea.

Durante os vários movimentos feministas no Brasil da década de 70, a reivindicação por creches, até então desconhecidas pela maioria da população brasileira, foi implantada. Primeiramente em São Paulo, por razões óbvias: é uma cidade industrializada desde a década de 20, e, portanto, a primeira do Brasil a ter indústrias. Mulheres que precisavam ir ao mercado de trabalho, fossem elas ricas ou pobres, juntaram-se e organizaram-se até formar o “Movimento de Luta por Creches”.

Com o passar do tempo, o velho sonho das feministas paulistanas tornou-se realidade. Hoje em dia, há creches tanto do Governo quanto particulares, e as mantidas por ONG's, em favelas espalhadas pelo Brasil todo. Todas as mães tiveram seu direito de trabalhar garantido por lei. E as crianças, direito à Educação e à cidadania, posto que a Educação é um direito constitucional e internacional (Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente, ONU, 1989).

A creche, então, tornou-se um lugar de opção para preencher um espaço vazio: Quem fica com as crianças de mães trabalhadoras? Em recente pesquisa feita pelo IBGE (Censo 2000)¹, 24,9% das famílias são chefiadas por mulheres. No caso das mulheres que têm filhos de 0 a 6 anos (idade pré-escolar), 17,8% das famílias são chefiadas por mulheres e em 56,8%, sua renda é inferior a 2 salários-mínimos.

Diante desta questão, o objetivo deste trabalho foi pesquisar o sentimento materno ao deixar seu filho sob os cuidados de uma pessoa estranha².

¹ Jornal O Globo, Caderno de Economia, sexta-feira, 8 de março de 2002.

² Denomina-se “pessoa estranha”, aquela que não faz parte da família nem do círculo social da criança.

Coube pesquisar: a maternidade ontem e hoje; a relação mãe-filho; a mulher que trabalha fora; a creche: sua história e estrutura.

E, finalmente, questionou-se: que sentimentos permeiam a mãe no ingresso e na frequência de seu filho na creche? Como a mãe vê esse profissional? Como e quando a confiança no profissional da creche floresce? Como é o relacionamento desta mãe e da profissional que toma conta de seu bebê na sua ausência?

São questões muito importantes a serem analisadas, pois as relações humanas são muito complexas.

Por causa destas indagações, este trabalho de pesquisa partiu da fundamentação teórica de alguns autores sobre a questão da relação de sentimentos entre mãe e a creche. Vejamos algumas destas indagações.

Começando pela maternidade, a mãe é encarada, nos dias de hoje, como a mulher que protege seu filho, cuida dele com carinho, lhe dá amor, segurança, alimento, etc. Mas nem sempre foi assim.

Alguns autores desfizeram o mito do “instinto materno”. Ele foi posto à prova na medida que as pesquisas foram aprofundadas num embasamento histórico-psico-social. Badinter confirma:

“O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil, imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina.” (1980, p.22)

E mais, não é só a mulher que pode maternar seu filho. E também não é uma questão biológica, que a mulher queira ter filhos e criá-los:

“Qualquer pessoa pode maternar uma criança. O amor materno existe. Não é só amor que faz a mulher maternar o filho. Moral, valores sociais ou religiosos podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo de ser mãe.” (idem, p.30)

A mesma autora ainda completa que as mulheres francesas urbanas do Antigo Regime, deixavam seus filhos com amas-de-leite fora da cidade. Isso acontecia quando os bebês tinham essa sorte, pois muito morreram ainda no caminho. Na época, a mortalidade infantil era infinitamente grande, devido aos maus tratos sofridos por esses bebês e pela mãe não amamentarem seus recém-nascidos.

O fato é que no século XVIII, a maternidade não era encarada como “natureza feminina”. Mas nos séculos XIX e XX, e agora XXI, a maternidade começou a ter um novo significado: o social. Veremos o porquê.

E então, as mulheres foram ao mercado de trabalho. Mas sua condição reprodutiva não foi abandonada, apenas diminuída. Hoje, algumas mulheres têm filhos após sua realização profissional.

Segundo Bruschini (1998), quando se faz uma análise do comportamento da força de trabalho feminino, nestes últimos anos ele vem crescendo, mais ou menos 12 milhões, ou seja, um crescimento de cerca de 63%. A década de 70 foi a época em que as oportunidades e a necessidade econômica fizeram crescer a demanda de mulheres no mercado de trabalho, levando ainda em conta, as transformações culturais e sociais. Mas, infelizmente, o salário da mulher ainda não foi equiparado ao do homem. O salário das mulheres é cerca de 35% (em média) menor em relação ao salário masculino. Bruschini reflete sobre um possível motivo:

“Se a persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e com a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por ela no mercado de trabalho, a maternidade é sem dúvida, aquele que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos.” (1998, p.12)

Em relação às creches e pré-escolas brasileiras, desde 1986 vem sendo discutida. Maria Campos, em seu artigo “A educação da criança de 0 a 6 anos na Legislação-1986”, já

mencionava vários manifestos a favor de leis que garantam atendimento de qualidade às crianças, filhas de mães trabalhadoras.

Hoje, após muitos anos de luta, a educação de crianças com menos de 7 anos, está consolidada através de um Plano Nacional de Educação, onde desde a infra-estrutura física à formação do educador serão mudadas para melhor. Vimos então, que o tema é de extrema relevância na atualidade.

Assim, este estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e de campo, onde foram analisadas e sintetizadas as principais idéias dos autores selecionados, que tratam do assunto proposto. O relatório foi organizado em capítulos e se buscou por meio de fundamentação teórica adequada e entrevista, que foram feitas numa creche e pré-escola, no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, para responder às questões que foram levantadas, visando o seguinte objetivo: a creche é um espaço de aconchego ou de conflito? Veremos a constatação das duas condições.

2- A MATERNIDADE ONTEM E HOJE: UMA HISTÓRIA SEM MUITOS FINAIS FELIZES

Para iniciar o desenvolvimento do tema, tomemos o significado da palavra *maternidade* dada na Biologia: “refere-se ao processo de conceber e dar à luz.” No Ocidente, a maternidade é tradicionalmente vista como abnegação ao longo da História, como caridade. Essa palavra é usada desde o século XVII, pelo menos.

Antes do Cristianismo se espalhar pelo Ocidente com os romanos, já que foi um povo de grandes conquistas territoriais, os povos do Hemisfério Norte e alguns do Hemisfério Sul cultuavam a Grande Mãe-Terra, ou seja, era a Natureza quem ditava as regras. Conhecida por “Velha Religião”, esses povos eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários Deuses. Toda religião conta histórias e lendas sobre a criação do Universo. São os mitos¹, histórias que tentam explicar os mistérios do mundo e da vida.

Até os nossos dias, a Lua é referência para muitos povos “primitivos” (índios brasileiros, alguns povos de tribos africanas, etc.). Se hoje em dia, século XXI, a Lua ainda rege esses povos, imagine nossos ancestrais, que não tinham nenhum recurso tecnológico e só podiam contar com o céu para se orientarem. Prestando atenção nessa sabedoria antiga, a Lua rege vários ciclos, principalmente os ciclos femininos: o menstrual e o parto, principalmente. Partindo disso, a mulher foi um ser cultuado e respeitado. Como a natureza, a mulher também tem o poder da criação e de nutrição de sua criatura. A mulher é totalmente sintonizada com específicos fenômenos naturais. As gestações são contadas pelas luas cheias, por exemplo. Se for reparar nas recepções das maternidades, a maior parte dos partos (claro que há muitas intervenções), são feitos na lua cheia. Acontece também de, em lugares que trabalham muitas mulheres ao mesmo tempo, os ciclos menstruais serem coincidentes.

Mas voltando aos mitos, o que será descrito agora, é o mito de Deméter, deusa grega da agricultura. Essa deusa rege as estações do ano, que associada à agricultura, torna os campos férteis ou não férteis para o plantio e a colheita. Ela também conta a história de uma mãe, que com o desaparecimento de sua filha, fica desesperada e corre o mundo até encontrá-la:

¹ *Mythos*, derivado de dois verbos gregos: *mythēyo* (contar, narrar) e *mytheo* (conversar, contar)

“Deméter, deusa do grão e da colheita, cuidando de cobrir a terra de verdura, flores e frutos, não estava junto à filha, a linda Perséfone também chamada Core. Naquele dia, esta brincava com as ninfas no campo de Nisia. Teciam coroas e grinaldas, “misturando violetas e íris, rosas, jacintos e lírios”. Atraída pelo perfume e pela exuberância do narciso de “cem ramos”, Core afasta-se das companheiras e debruça-se para colher um botão que floria na borda de um penhasco. Nesse momento a terra se abre e surge da fenda o deus da morte e do mundo subterrâneo, Hades, que a carrega, apesar de seus gritos, em seu carro puxado por “imortais cavalos”. Perséfone grita pedindo a Zeus que a salve, sem supor que o rapto tinha sido tramado pelo filho de Cronos com seu irmão, o senhor de Hades.

Do fundo de sua gruta, Hécate, deusa das sombras e da tênue luz da lua, nada vê, mas ouve o grito de Core. Distante, através dos picos das montanhas e das profundezas do mar, Deméter também ouve. Durante nove dias sem comer nem se lavar, carregando tochas, ela procura a filha. Na aurora do décimo dia, Hécate vem ao seu encontro e diz à deusa, inconsolável, que sabia que sua filha tinha sido raptada, mas não sabia por quem. Juntas, vão perguntar ao Sol, o Deus Hélio, que tudo vê no seu curso pelo céu. O Deus resplandecente conta que Perséfone tinha sido dada por Zeus a Hades para ser sua esposa e rainha do Reino dos Mortos, e volta para as alturas no seu carro de luz, deixando imersa em escuro desespero a Deusa Deméter. Desfigurada pela dor e vestida em andrajos, ela se dirige, então, para as cidades dos homens.

Uma tarde, tendo chegado ao reino de Elêusis, ela se senta à beira de uma fonte chamada “Fonte das Donzelas”, à sombra de uma oliveira. As filhas de rei Elêusis vêm apanhar água e aproximam-se de Deméter. Quando esta lhes diz que busca trabalho como ama, as jovens levam-na a seus pais. Coberta com um escuro manto, a deusa entra no palácio, onde a recebem com respeito. Recusa o vinho que lhe é oferecido, mas aceita uma bebida feita de cevada e água. A rainha entrega-lhe seu filho recém-nascido. Deméter, que o recebe em seu colo perfumado, começa a dar-lhe cuidados para que ele cresça “como se fora um filho de um Deus”: unta-o com ambrosia e à noite, secretamente, colocá-o sobre as chamas para que se torne imortal. Uma noite, a rainha insone e com “pensamentos tolos”, deixa seu quarto perfumado e vai ver o filho entregue à ama. Surpreende-a segurando a criança sobre o fogo e solta um grito apavorado. Com isso, impede que o filho se torne imortal. Ondas de

terrível ira atravessam a deusa que, dando-se a conhecer, repreende a mãe por ter privado o filho da imortalidade.

Revelada a presença da deusa, o rei e o povo de Elêusis erigem-lhe magnífico templo. Para dentro dele, Deméter se retira e, reclusa, entrega-se à saudade da filha. A dor cresce em seu peito; seu luto e desespero começam a transportar trazendo destruição sobre a terra. Naquele terrível ano, nenhuma semente brotou; a humanidade teria perecido pela fome e os deuses estariam para sempre privados das oferendas e sacrifícios dos homens, se Zeus não tivesse percebido isso e ponderado em sua mente. A deusa Íris é a primeira mensageira que vem implorar a Deméter que aceite o convite para vir ao Olimpo receber grandes honras e que devolva a fertilidade aos campos dos homens. Deméter, inabalável em sua vingança, recusa-se a atender Íris e a todos os deuses que vêm suplicar que retire seu castigo. Declara que nenhuma semente brotará enquanto não lhe for devolvida Perséfone. Finalmente, Zeus envia Hermes a Hades para pedir ao senhor dos mortos que concorde em ceder a esposa à sua mãe.

Hades dá seu consentimento; Core, exultante, prepara-se para partir. Na despedida, o marido pede-lhe que coma com ele alguns gomos de romã. Depois de compartilharem a fruta, Perséfone salta no carro dourado onde Hermes espera, e puxados por cavalos de longas asas, atravessam os mares, os picos das montanhas, e chegam ao bosque perto do templo. Mãe e filha correm em direção uma da outra e abraçam-se numa alegria sem limites. Subitamente, Deméter suspeita de um embuste e pergunta à filha se tinha comido alguma coisa enquanto estava no mundo subterrâneo. Perséfone lembra-se de ter partilhado a romã com o marido e sua mãe sabe então que só a terá de volta por dois terços do ano. Um terço ela terá que passar com Hades no Reino dos Mortos. Por isso, durante uma terça parte do ano tudo seca e morre na natureza. E todos os anos, quando Core volta, tudo volta a crescer. Sua volta traz primavera-sua mãe cobre a terra de flores.

Depois de um dia de muitos abraços, e de contarem uma à outra o que lhes tinha acontecido, na alegria de estarem novamente juntas, Deméter chamou os governantes da cidade e os instruiu na celebração de um ritual. Os Mistérios de Elêusis foram fundados, então, para que cada ano se repetisse aquele encontro entre Deméter e Core. Então, as duas deusas partiram para o Olimpo e aí estão juntas, na companhia dos deuses.” (Seabra, 1987, p.52 a 54)

Grande mistério da vida. Mistérios geram dúvidas, anseios. E desde a Antigüidade Clássica, os mitos, como esse citado, eram os responsáveis para explicar os mistérios do mundo e da vida.

Deméter (do grego, Mãe-Terra), filha de Cronos e Réia, deusa grega da agricultura, símbolo da fartura e fertilidade, simboliza a ligação entre alimento e mulher, mãe e terra fértil.

Dar vida a um novo ser, um ser que a acompanhará pelo resto de sua vida, mesmo que queira ou não, que esteja junto ou não. A mulher acaba de se transformar em uma coisa diferente. Antes filha, ela passa a ser mãe. Mesmo que perca seu filho, a mulher já se transformou e não deixa de sê-la.

Perséfone (do grego, Donzela) simboliza o brotar, o novo, o que está apenas começando e aprendendo. Sua primeira imagem, seu primeiro amor, sua mãe. Aquela que lhe alimenta, lhe cuida, lhe protege. Com ela, aprenderá as primeiras palavras (geralmente “mamã” é a primeira do vocabulário infantil), como se vestir, passar batom, como rir e chorar. Ela aprenderá a ser mulher com a mãe, imitando-a.

O raptado realizado por Hades simboliza o encontro da menina, agora mulher, com o mundo masculino. Crescer, se transformar e o se desligar é inevitável, mesmo sendo doloroso. A menina não possui um ritual de crescimento. O menino judeu, por exemplo, quando faz treze anos, comemora-se o “Bar-Mitzva”, simbolizando que neste momento, ele se torna homem. Mas, quando se casa, a elaboração do enxoval, os preparativos para a festa, a confecção do vestido, disfarçam a última cena de uma união. As duas parecem romper o cordão umbilical pela segunda vez.

Elizabeth Badinter, pesquisando a fundo os mistérios da maternidade, afirma que ninguém nasce mãe, mas sim aprendemos a sê-la.

Nos dias de hoje, a maternidade é vista como realização de desejos e sonhos femininos, de felicidade e plenitude. E quando mulheres não querem ser mães, é motivo de

quase um escândalo. “As mulheres maternam. Em nossa sociedade, como na maioria das sociedades, as mulheres não apenas geram filhos.” (CHODOROW, p.17, 1990)

Mas há mulheres que engravidam sem querer. Quando não abortam, abandonam seus filhos em latas de lixo ou em orfanatos. Muitos estudiosos do passado definiram a maternidade como um dom, um instinto. Onde está este instinto dentro de uma mulher que é capaz de abandonar ou até mesmo matar seu próprio filho?

Voltando no tempo, chegamos ao Pleistoceno, mais ou menos há 1,6 milhão e 10 milhões de anos atrás. As mães (já ancestrais de seres humanos) desse tempo tão remoto já amamentavam e protegiam seus filhotes. Estes não eram acomodados, estavam sempre em movimento, por essa razão evoluímos como primatas e como já foi dito, já amamentavam seu filhote com o leite materno de hoje: com baixo teor de gordura e proteína e bebês que mamam continuamente dia e noite. E carregamos estas características genéticas até hoje. A proteção dos filhotes fica garantida nas copas das árvores mais altas, no topo de penhascos, etc.

2.1 SÉCULO XVIII: 100 ANOS DE INDIFERENÇA

O cuidado e proteção maternos, pelo que parece, não foram difundidos ao longo da História. O século XVIII, por exemplo, foi um século que quase aniquilou a população francesa:

“Em 1784, Necker supõe que a França tem 24 milhões de habitantes, quando em 1790 os números relativos às imposições de impostos da Assembléia Nacional indicam 26,3 milhões. Portanto, desde 1709, a população francesa teria crescido 7 milhões de habitantes, em quase um século, levando-se em conta a anexação da Córsega e da Lorena. A taxa de crescimento médio foi, portanto de 3%.” (BADINTER, 1980, p.150)

Essa situação foi atribuída por Elizabeth Badinter aos maus tratos sofridos pelas crianças da época. Vejamos como era encarada a maternidade neste século e o que foi feito para modificar esta prática, analisando a situação da criança e depois da mãe.

2.2.1 A criança

Teólogos, pedagogos e filósofos que influenciaram a imagem infantil da época, concebiam a imagem da criança como a de uma desgraça, um estorvo, um grande pecado. Para Santo Agostinho (354-430)², assim que nasce “é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original.” Para Vivés³, pedagogo e teólogo, era contra “mimos e a tolerância materna”. Assim foi até o final do século XVII.

português

Segundo Descartes⁴ (1596-1650), a criança não é ocasião de pecado, mas de erro. Sendo pecado ou erro, a infância até o fim do século XVII é um mal.

A criança-estorvo, geralmente o lactente, é um fardo insuportável para o pai, pois “rouba-lhe” a esposa. Fora o trabalho que um bebê recém-nascido dá. Isso desagradava muito aos pais. Por egoísmo ou por falta de dinheiro, muitos pais não hesitavam em abandonar seus filhos, causando sua morte, inclusive.

2.2.2 As mães

Como diz Badinter, “o primeiro sinal de rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio.” (1980, p.65) As mulheres urbanas do Antigo Regime francês, assim que nasciam seus filhos, os mandavam para casas de amas-de-leite. Este hábito era muito antigo na França, datado do século XIII, época em que foi aberta a primeira agência de amas-de-leite. Entre este século e o século XVIII, quando se tornou um fenômeno, não há informações precisas de quantas crianças foram confiadas às amas mercenárias. No século XVI, as amas-de-leite só são procuradas pela aristocracia. A maioria de mulheres ainda amamentava seus filhos em casa.

Mas ao que parece, nos últimos anos do século XVI, essa prática é abandonada e cada vez mais crianças são mandadas às amas mercenárias. No começo do século XVII, já era uma prática generalizada entre a burguesia.

² apud BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno, ed. Nova Fronteira, RJ, 1980

³ idem

⁴ idem

No século XVIII, a entrega de bebês às amas-de-leite torna-se um fenômeno envolvendo todas as mulheres que dão à luz, sejam elas ricas ou pobres, de cidades grandes ou pequenas. É um fenômeno generalizado, com um detalhe: apenas a nobreza e a alta burguesia traziam as amas para dentro de seus lares. Somente as camponesas são exceção, criando e amamentando seus filhos em casa.

Para os casais pobres, o instinto de sobrevivência (muito maior que o materno, se é que ele existe), fazia com que se livrassem do filho. Abandonados em orfanatos ou com amas mercenárias, sua vida não é tão longa. O infanticídio era uma prática muito comum nas famílias miseráveis⁵. O amor parece estar muito longe quando a miséria está muito perto. Badinter questiona: “Como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação catastrófica?”(1980) Essas mulheres acabavam de parir e já abandonavam seu bebê para cuidar de outro, recebendo cerca de sete libras por mês.

No caso das famílias com condições econômicas de criar seus filhos, o fator social fala mais alto:

“Parece que, no caso dessa pequena burguesia trabalhadora, os valores sociais tradicionais pesam mais do que em outras camadas: como a sociedade valoriza o homem, e portanto o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre o bebê. A opção dessas mulheres (já que economicamente podiam agir de outra maneira) era determinada pela influência da ideologia dominante. A autoridade do pai e do esposo domina a célula familiar. Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também o seu centro: tudo deve girar em torno dele”
(BADINTER, 1980, p.77)

Mas a última categoria de mulher, para quem não pesava o fardo da miséria nem sofriam influência pela ideologia dominante, eram as mulheres das classes dominantes, as aristocratas. Essas, simplesmente queriam livrar-se do fardo. E o fizeram, sem provocar escândalos, pois os cronistas da época acharam uma coisa normal, livrar-se dos filhos. Aliás,

⁵ Segundo Ariès (1981), embora fosse um crime passível de punição, “acidentes” aconteciam com frequência. Crianças dormiam na cama dos pais e morriam sufocadas. Mas como eram “acidentes”, nada poderiam provar contra esses pais, que choravam a morte de seu “pobre bebezinho”, sem muitas lágrimas, apenas o suficiente para o enterro.

eles não tinham nem interesse em escrever sobre mães dedicadas, provando que o amor materno não tinha o menor valor social ou moral. Essas mulheres eram tão indiferentes perante os filhos, que se por qualquer motivo, morressem antes dos cinco anos, não compareciam nem ao enterro. Não há maior prova da indiferença materna.

Acontece que essas mulheres também não estavam interessadas em abdicar de sua vida social para criar os filhos:

“Os prazeres da mulher elegante residem essencialmente na vida mundana: receber e fazer visitas, mostrar um vestido novo, freqüentar a ópera e o teatro. A mulher de vida social joga e dança todas as noites até as primeiras horas da manhã. Gosta, então, de “gozar de um sono tranqüilo, ou que pelo menos só seja interrompido pelo prazer”. E ainda ao meio-dia ainda dorme”(BADINTER, 1980, p.99)

Como já foi dito, o primeiro sinal de rejeição era o fato de não amamentarem os filhos. E todas usavam argumentos para justificar a não amamentação: faz mal à saúde física e emocional da mulher; o peito cai; não ficava bem uma dama mostrar o seio para alimentar o bebê (as damas da nobreza não amamentavam por pertencerem à “melhor sociedade”), sendo considerada essa prática “ridícula e repugnante”; levando em consideração o pudor de mostrar certas partes do corpo, a mulher para amamentar deveria se esconder, mas isso interromperia sua vida social e a de seu marido por um longo período; este, por sua vez, não tolerava o cheiro do leite, dando ao aleitamento, sinônimo de sujeira; os médicos não permitiam as relações sexuais para não “estragar o leite”, pois o esperma o azedava e outras crenças sem fundamento.

As mulheres francesas eram livres a ponto de adquirir cultura e autonomia intelectual, e para se dedicar aos estudos, um filho seria, então um entrave em suas vidas. Como burguesas, queriam ser diferentes, queriam parecer com a nobreza. Não serem esposas e mães, era o primeiro passo para se distinguirem. Todas elas pareciam ter uma forte característica: o egoísmo. Às custas desse egoísmo, sacrificaram suas obrigações maternas, e pagaram com a morte de seus filhos. Vejamos como se dava o abandono e na maioria das vezes, a morte de bebês:

a) Amas-de-leite

Mal nasce, o bebê é entregue à ama. Há uma recepção, onde é festejada a “felicidade” da família, mas o bebê não está presente. Nem nos assuntos da “festa”.

Já na ida para o campo, a criança se depara com a primeira prova: sobreviver à viagem onde muitos morrem no caminho devido à fome, acidentes de carruagem, muitos caem da carruagem, etc.

Quando chegam ao seu destino, são mantidas sem nenhum cuidado de higiene, chegando a serem dopadas para dormir ou para ficarem tranquilas. Muitas vezes, as amas são mal nutridas ou têm doenças, que passam para o bebê pelo leite.

Dentre os maus tratos, os bebês eram amarrados para ficarem duros, presos em pregos para os animais da fazenda não os pegarem. Por causa desse costume de enrolar as crianças em panos, elas sofriam de má circulação, assaduras abertas que infeccionavam, vômitos (pela má digestão) e até convulsões.

São amamentadas até os dois anos, mais ou menos, mas são mantidas na fazenda até os quatro, cinco anos.

Quando voltam para casa, estão raquíticas, deformadas e doentes, causando um transtorno para os pais, pois representam despesa e poucas vantagens. Ficam aos cuidados de uma governanta até completar sete anos. No caso dos meninos, são confiados a um preceptor, se menina, continua com a governanta.

b) Governanta e preceptor

A governanta tem o dever de educar a menina, ensinando-a bons modos, a ler e escrever. Enquanto a mãe dava mais atenção ao cachorro, sua relação com a filha é extremamente fria e distante.

O menino não tem uma vida mais fácil que a menina. Até as refeições são controladas e não comem a mesma coisa que os pais. Se fizer algo “errado” sob a ótica do pai, é castigado.

A escolha do preceptor é de acordo com o preço: o mais barato é o escolhido, desde que saiba ler e escrever e conheça um pouco de História e Geografia. Aliás, o domador de cavalos era mais bem escolhido que o preceptor.

E havia uma intervenção por parte dessas mães? A resposta é um grande e sonoro não. Aprovam, pois não é ela que está cuidando, tem muito que fazer.

c) Internato ou convento

Quando completam oito, dez anos, vão aperfeiçoar seus conhecimentos num internato, mais uma vez longe de sua família. As meninas vão para um convento.

No internato, os meninos têm a oportunidade de educação e instrução, para mais tarde, ser um meio de promoção social. No convento, as meninas esperam o casamento.

Enfim, de qualquer forma, mandando para as amas, governantas ou preceptores, internatos ou conventos, a mãe só tinha contato físico na hora do parto. Após isso, outras pessoas faziam o papel de educador do próprio filho, o que Sarah Hrdy (2000) chama de “alopais”.

O fato é que parece que a maternidade, segundo Badinter, é apenas uma relação social, e é construída socialmente:

“Se não era espontâneo e automático, argumentou Badinter, o amor materno tinha que ser uma construção social não-biológica. Era um sentimento produzido por um determinado contexto cultural, próprio de um tempo e lugar específico.” (HRDY, p.329, 2000)

O que Badinter questiona não é o amor materno e sim um suposto instinto materno. Em si, esta já é uma discussão sobre uma possível “pedagogia” da maternidade, como aprender a ser mãe? O amor pode nascer de uma convivência, no aprender a conhecer um ser que até então é um tanto quanto desconhecido para ela. O fato é que muitos confundem o amor construído de uma convivência, com sentimentos inerentes à alma feminina, como uma coisa natural à personalidade da mulher.

A idéia de “instinto” como a sociedade prega, segundo Badinter, é falsa. Muitas mulheres se sentem mal por estarem grávidas, outras abandonam seus filhos no lixo, na rua, ou se resolvem criá-los, os maus tratos realizados pelas próprias mães são realidade, pois a desgraça (note a desgraça citada mais uma vez, agora citada em outra realidade e outra época) da vida dessas mulheres, pode ter vindo de carona com a maternidade. É muito comum mulheres abandonarem seus filhos porque onde elas trabalham não aceitam crianças. Vem novamente o instinto da sobrevivência encobrindo o “instinto” materno. Se houvesse instinto, todas as mulheres seriam boas mães e gostariam de sê-la, não existiriam crianças abandonadas ou mortas ou mulheres que não queiram ter filhos.

Ainda segundo Badinter, após 1760, as publicações sobre o cuidado de crianças pelas próprias mães surgem, e amamentar é a palavra de ordem. O amor materno, que parece um conceito novo, torna-se um valor natural e social. A mãe é exaltada, deixando o pai para um segundo plano.

Produzir seres humanos, estes as maiores riquezas do Estado, parece tornar-se o principal objetivo. A perda das crianças passa a ser assunto de interesse do Estado. Para salvar estas crianças, médicos, administradores e moralistas expuseram seus argumentos mais sutis para elas próprias cuidarem de seus bebês.

Ser mãe passou a ser sinônimo de respeito, reconhecimento e cidadania, pois percebem que esse trabalho familiar é necessário à sociedade. Uma “escola de parteiras” foi criada a fim de evitar acidentes nos nascimentos, causados por pura ignorância destas mulheres.

No fim do século XVIII, a criança passa a ter um valor mercantil, uma riqueza econômica, pois o homem é a primeira matéria-prima, para trabalhar todas as outras. O ser humano não era só visto como riqueza, mas como poderio militar: “Um Estado só é poderoso na medida em que é povoado(...)em que os braços que manufaturam e os que defendem são mais numerosos.”(DIDEROT, apud BADINTER, 1980, p.154)

Já no século XIX, após muitas guerras entre o reinado de Luís XIV e Napoleão, a população diminuiu. Até que Napoleão tomou medidas para prevenir uma insuficiência no recrutamento de soldados:

“Os arquivos comunais de Thuin, no Hainaut, relatam como era estimulada a criação de filhos. (...) O Imperador, por decreto de 5 de maio de 1810, ordenou a criação de uma Sociedade Maternal da Infância, destinada a cuidar das mulheres em trabalho de parto e das crianças pequenas. Além disso, Napoleão prometia a toda família que tivesse sete filhos “homens” responsabilizar-se por um. Azar dos pais infelizes que tivessem sete filhas!”(BADINTER, 1980, p.158)

Rousseau⁶, ainda no século XVIII, exalta a natureza como condutora da maternidade. Muitos médicos, filósofos e teólogos faziam as mulheres enxergarem a amamentação e o cuidado com seu filho como uma coisa natural: “Vejam os animais e os tomem como exemplo.” (GILIBERT 1770 apud HRDY, p. 21, 2000)

A natureza criou a fêmea para alimentar o filho com seu próprio leite. A natureza, uma dádiva de Deus (ou o próprio Deus), ficou em evidência e serviu como argumento máximo da época. As mulheres do século XVIII foram corrompidas pela sociedade, a má sociedade, que perturbara a natureza. Na mesma época, começaram a surgir estudiosos de “tribos exóticas”, denominadas bárbaras, que amamentavam os próprios filhos e tinham toda a admiração dos médicos.

No século XIX, a amamentação passou a ser praticamente obrigatória, pois os médicos diziam às novas mães que, se não amamentassem seus filhos, morreriam e seriam

⁶ ROUSSEAU, J.J., *Emílio ou da Educação*. SP, Difusão Européia do Livro, 1973

castigadas por Deus, por irem contra a natureza que ele criou. O leite materno, assim, torna-se direito do recém nascido.

Apesar da pressão sobre as mulheres para se tornarem “boas mães”, elas não aceitaram mudar seus costumes imediatamente. Mais uma vez, o interesse da mulher ditou o comportamento materno.

Mas desde esse final de século XVIII, a maternidade começou a ganhar novos contornos, que se acentuaram nos séculos seguintes (XIX e XX): “O bebê e a criança transformaram-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho sobreviva, e viva melhor, junto dela.” (BADINTER, 1980 p.202)

E o primeiro momento de mudança se tornou concreto com o aleitamento materno: “Pouco a pouco, deitava raízes à idéia de que os cuidados e o carinho da mãe eram fatores insubstituíveis da sobrevivência e do conforto do bebê.”(idem, p.204)

O abandono da faixa e a higiene do bebê também foram medidas para diminuir a mortalidade infantil e aumentar ainda mais o vínculo mãe-filho. Apenas as camponesas e mulheres que ajudavam o marido no campo ou em pequenos negócios não abandonaram o hábito das faixas, mas foi por uma questão de segurança ou por pura ignorância. No primeiro caso, enfaixados, os bebês não estariam correndo o risco de acidentes e poderiam ficar sozinhas. No segundo caso, mulheres pobres não tinham acesso ao estudo, tampouco à obra de Rousseau (Emílio), precursor desta nova visão de criar os filhos.

O contato físico da mãe com o bebê tornou-se presente com o abandono do uso dessas faixas, aumentando ainda mais a possibilidade de aumento de carinho:

“O bebê livre das faixas não tem com a mãe as mesmas relações que a criança enfaixada. Livre dessa prisão, pode brincar com ela, agarrá-la, tocá-la, conhecê-la. A mãe pode acariciá-lo e abraçá-lo mais facilmente, ao passo que a criança envolta em faixas, como o observa Shorter, é incapaz de reagir às carícias maternas. Uma vez retirada esta armadura, carinhos e relações físicas tornam-se finalmente possíveis entre mãe e filho.” (BADINTER, 1980,p. 205-206)

Cinquenta anos mais tarde, foi possível observar o carinho e os beijos entre mãe e filhos. Com essa preocupação com o bem-estar do filho, a mãe se torna a “boa mãe”, devotada, carinhosa e apenas mãe. Ela se anula em favor da boa saúde de seu filho, sendo comparada à Maria, mãe de Jesus.

A preocupação com a saúde do bebê já acontece na gravidez: abandonam gordura, álcool, condimentos e se alimenta naturalmente, ou seja, adota uma dieta com mais frutas, legumes ou verduras, aconselhada por Rousseau. Pensando em seu leite, para que tenha boa qualidade, continua nessa dieta durante o período de amamentação.

O banho e as roupas bem cuidadas também fazem parte do cotidiano desse bebê. Quando começa a apontar seus primeiros dentes, a mãe passa a desmamá-lo e introduz uma alimentação sólida. Engatinhar e andar com liberdade traz de volta a vigilância constante da nova mãe, agora (aparentemente) muito mais feliz.

A maternidade foi pouco a pouco tomando a vida das mulheres. As burguesas, mais interessadas a ter um maior papel na sociedade, foram levadas à condição de “santa”, ou seja, toda “boa mãe” é uma “santa mulher”, cuja padroeira é obviamente a Virgem Maria.

No século XX, com a psicanálise em foco, a mãe é também responsável pela felicidade dos filhos. Mas essa parte eu deixarei para o capítulo que falará da culpa materna.

Da indiferença absoluta ao cuidado total de seus filhos, a mãe construiu um laço muito forte com eles. Com esse capítulo, nota-se que a maternidade foi um processo construído ao longo do tempo, levando em conta situações diversas, como a “moda”, situação econômica da família, idéia de criança como criança, interesses sociais, disposição para cuidar de crianças, etc.

2-A RELAÇÃO MÃE-FILHO

“A mãe ideal não tem interesse próprios... Para todos nós continua evidente que os interesses da mãe e da criança são idênticos, e até que ponto a mãe sente realmente essa identidade de interesses é a medida geralmente reconhecida para avaliar se a mãe é boa ou má.” Alice Balint

A relação mãe-filho é com certeza, como toda relação humana, bastante complexa. Tão complexa, que verdadeiros “manuais de sobrevivência materna” são vendidos até em bancas de jornal. O fato é que sempre se tem algo a dizer sobre esta relação complicada, mas ao mesmo tempo emocionante e gratificante.

Tudo começa ainda na gestação. Um exame de resultado “positivo” nas mãos é o começo de uma grande jornada. Os sentimentos de amor, dúvida, alegria, tristeza, medo, incerteza, plenitude, etc, são misturados a cada instante com a sensação de que tudo vai ser diferente daí para frente. E vai. Ter um filho é algo muito importante na vida de algumas mulheres, sejam elas novas ou mais velhas, querendo ou não esse filho.

Na psicanálise, o querer, o desejar (ou não) esse bebê irá influenciar a pessoa ao longo da sua vida:

“Os psicanalistas de adultos observaram com muita freqüência que essa fase fetal da vida é sempre ativa, pois percebem-se os seus traços vitalizantes ou desvitalizantes durante as provas ulteriormente vividas no corpo-a-corpo dos entes humanos. Os psicanalistas de crianças vêem constantemente crianças psicóticas cuja enfermidade mental parece originar-se de uma deficiência, vital ou sexual, provocada por um traumatismo emocional ou simbólico muito grave, durante sua vida intra-uterina.”(DOLTO, 1984 p.42)

Ou seja, a rejeição principalmente por parte da mãe, irá afetar a vida psíquica do indivíduo, acarretando diversos problemas em sua vida social e emocional. Até mesmo a relação da mãe com o pai da criança irá sofrer influência sobre a vida deste bebê.

Após o nascimento do bebê, há também dois nascimentos com igual importância: a de um pai e uma mãe. Pensa-se na condição de pai, como aquele que trabalha e sustenta a família. Mas seu amor e carinho irão contribuir, e muito, na formação do ser que acabou de chegar. Mas isso já é outra história que não abordaremos nessa monografia.

A relação mãe-filho passa para mais uma fase, uma nova fase. Agora, seu filho é real: chora, dorme, mama, e sua fralda deve ser trocada com bastante frequência. Por sua vez, a mãe amamenta, troca fraldas a todo instante, dá banho, coloca para dormir, acarinha, ou seja, sua rotina passa a ser essa desde que o bebê chegou.

É nesse cuidado com o bebê que a mulher se dá conta como é gostoso, mas ao mesmo tempo cansativo e difícil criar um filho. Muitas se assustam com os seus sentimentos, pois demoram a amar seu filho como sempre sonhou e idealizou durante a gestação, acreditando que a maternidade é realmente um instinto, uma “coisa de mulher”, e todas essas crenças sociais que por anos foram “enfiadas goela abaixo” das meninas desde que elas se entendem por gente. O resultado, é que ao invés de aproveitar ao máximo a realização de seu maior sonho, a mulher que quis ter o filho fica preocupada com o que está sentindo, fica preocupada com que os outros podem pensar. E a culpa por não amar de imediato esse bebê como deveria - pois foi preparada por sua família e pela sociedade para ser uma “leoa” defendendo sua cria - a torna estressada e acaba afetando sua relação com o próprio filho e com as pessoas que estão ao seu redor. Outras não, já amam seu bebê logo que sai de seu ventre e o vê do seu lado, na sala de parto. Isso tudo vai depender de como a mulher foi criada, como ela enfrentou a gestação, sua vida pessoal, a relação com a própria mãe, enfim, vários fatores irão influenciar sua relação com seu filho, logo que ele nasce. Por esse motivo, como foi explicado no capítulo anterior, o instinto materno da maneira que foi imposto e acreditado durante séculos, não poderia existir, já que algumas mulheres não querem ser mães, outras se surpreendem com seus sentimentos, outras se sentem a pior das mulheres por engravidarem sem querer, outras acreditam que só serão felizes e plenas ao se tornarem mães, enfim, um instinto é algo que fala mais alto, são instâncias herdadas de ancestrais, por isso

presentes no inconsciente das pessoas, é algo como presentes 100% na vida delas, como o instinto de sobrevivência.

Para o bebê, a mãe ou sua substituta (que Sarah Hrdy (2000) chama alomãe) é mais que uma pessoa que cuida dele. Ela é a pessoa que o satisfaz: seu leite o alimenta, seu seio o conforta (como a boca, segundo Freud, é a primeira zona erógena, o seio materno representa para ele a região de reconhecimento de bem-estar que o acalma e tranqüiliza), seu colo o acalma, assim como o som da sua voz, ela o troca quando algo está incomodando, precisa do seu amor para se sentir aceito. Alimentação e higiene são básicas, mas o modo como são satisfeitas essas necessidades que é primordial no desenvolvimento do bebê. O amor, o carinho, o tom da voz materna, o toque durante o banho e troca de fraldas, o jeito de olhar, etc, irá com certeza contribuir no desenvolvimento da criança:

“O caráter da relação inicial com sua mãe afeta profundamente o seu senso de eu, suas posteriores relações objetais, e seus sentimentos sobre sua mãe e as mulheres em geral. A continuidade do cuidado capacita a criança a revelar um eu- um senso de “eu sou”. A qualidade de qualquer tipo de relacionamento afeta, porém, a personalidade e a auto-identidade da criança.” (CHODOROW, 1978, p. 106)

Nas sociedades onde as mulheres cuidam de seus filhos integralmente, o senso do eu da criança se desenvolve em relação à mãe. Quando a criança percebe seu cuidado, cresce e se desenvolve psicologicamente com capacidade para amar e ser amada. Por exemplo, na hora da amamentação, se a experiência for satisfatória, irá desenvolver seu senso de eu amado em relação a essa mãe cuidadosa e carinhosa.

“A existência mental e física da criança depende de sua mãe, e a criança vem a sentir que é assim. Ela vivencia um sentimento de identidade com ela e só revela um eu por convencer-se que de fato um ser separado dela. Ela é a pessoa a quem ama com amor primário egoístico e a quem se torna apegada. Ela é a pessoa que lhe impõe primeiro que ninguém os requisitos da realidade. Internamente ela também é importante. A criança vem a definir-se como pessoa através do seu relacionamento com ela, ao internalizar os aspectos mais

importantes do seu relacionamento. Sua situação para consigo mesma e com o mundo – suas emoções, sua qualidade de auto-amor (narcisismo), ou auto-ódio (depressão) decorrem todos em primeira instância desse primeiríssimo relacionamento.”(CHODOROW, 1978, p.107)

E como se daria essas sensações? A verdade é que o bebê, mesmo não enxergando, sabe exatamente quem é a pessoa que o materna, geralmente a mãe biológica. Como o amor humano é construído desde o nascimento, esse amor é construído a partir da confiança no outro. Isso já foi dito, mas é importante salientar a necessidade de um cuidado ótimo na relação da mãe com o filho.

A presença repetitiva da mãe torna-se fonte de bem-estar:

“O que é repetitivo para as necessidades é eletivamente a boca e o ânus, regiões cutâneo-mucosas, limites entre o exterior do organismo e o interior. Pelo desaparecimento da sua tensão em contato com o corpo do outro e pelo reaparecimento da sua tensão durante a ausência, quando a criança experimenta necessidades, essas regiões de reconhecimento do bem-estar tranquilizante, transformam-se em zonas erógenas (...) (DOLTO, 1984, p.149)

Quando há a aproximação da mãe, o bebê experimenta sensações de felicidade, e em seus braços, de conforto. Mas para chamar a atenção da mãe, choro e gritos são necessários para criar uma forma de comunicação entre os dois. E quando as necessidades são atendidas, a relação entre mãe e filho torna-se uma relação de confiança, que mais tarde, irá se tornar em confiança no outro, em si e no mundo.

John Bowlby (1905), psicólogo inglês do final do século XX, desenvolveu uma teoria muito difundida atualmente, que é a Teoria do Apego. Nela, o crescimento da criança é resultado da sua relação com os pais. Segundo Bowlby, o apego é uma necessidade tão importante quanto alimentação e sono. Quando o bebê se sente protegido, a tendência é se tornar uma pessoa segura, com capacidade de amar e ser amado. A qualidade dessa relação irá depender do vínculo estabelecido entre bebê e pais. Quando as solicitações de comer,

dormir, brincar e até mesmo de colo são atendidas, mais segura a criança será ao longo de sua vida.

Depois que passa a fase do bebê recém-nascido, a relação mãe-filho continua sendo muito forte. A mãe irá continuar a se relacionar com a criança com a mesma intensidade, mas a “vida social” do bebê se intensificará. A mãe é responsável pela apresentação do mundo à criança. Nessa época, o bebê já sorri e mantém um relacionamento social com outras pessoas. Ele ainda se confunde com a pessoa materna, ou seja, para o bebê ele e a mãe são a mesma pessoa. O seu eu ainda não está formado. A interação com a mãe de forma intensa, resultará numa ligação muito forte, que no futuro se transformará em confiança em si mesmo, no outro e no mundo. Em contrapartida, se houver negligência de cuidado, provocará um sentimento de desconfiança:

“O desenvolvimento de expectativas específicas com relação à mãe é seguido pelo aparecimento de um nível mais elevado de relações, o desenvolvimento de confiança. O bebê mostra sua confiança ao ser capaz de esperar, mesmo que as satisfações previstas não cheguem imediatamente. Tem a expectativa confiante de que a mãe responderá a ele de maneira previsível, que irá agradá-lo, ou dar objetos necessários para sua satisfação. Essa confiança está associada à participação efetiva intensa e à interdependência mútua. Em idade posterior, mostra confiança ao deixar a mãe e explorar um ambiente estranho, com a segurança de saber que a mãe lá estará para ajudá-lo. Embora a qualidade da ligação mude com o ciclo de desenvolvimento, a confiança e a participação emocional positiva continuam a ser elementos fundamentais.” (YARROW & PEDERSEN apud MUSSEN, 1980, p.87 e 88)

Passado o primeiro ano de vida, como a criança já está um tanto quanto independente da mãe, a mãe que dá liberdade de movimentos a seu filho, estimula a maior exploração do ambiente e conseqüentemente irá contribuir para um desenvolvimento muito mais pleno. Ela irá deixá-lo descobrir o mundo como ele realmente é: com muitas vitórias, porém cruel e cheio de concessões, e também repleto de frustrações, esperas e não. O que Winnicott (1951), chama de mãe “suficientemente boa”:

“A mãe suficientemente boa (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aniquilar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração.” (WINNICOTT, 1975, p.25)

Ao passo que a mãe que é superprotetora, irá, aos poucos “podando” a independência do filho, tornando-o uma pessoa submissa, sem persistência, acanhada, impaciente, sem capacidade de agüentar uma frustração.

O mesmo diz a teoria junguiana. O autor, Carl Gustav Jung, também cita a influência da mãe na personalidade do filho, no caso o menino. Sua relação com a mãe irá determinar sua relação com a vida e com o mundo. A personificação feminina de todas as tendências psicológicas na psique do homem, foi chamada de *anima*. As capacidades de amar, a sensibilidade, etc, são definidas pela *anima*, que dá um caráter feminino à personalidade do homem. Se a mãe teve uma influência negativa, a *anima* irá expressar-se irritada, insegura, incerta, depressiva, etc., levando o homem, muitas vezes, ao suicídio. Esses e outros aspectos da personalidade masculina irão definir sua postura perante a vida. Segundo Jung, a *anima* tem quatro estágios em seu desenvolvimento:

“O primeiro está bem simbolizado na figura de Eva, que representa o relacionamento puramente instintivo e biológico; o segundo pode ser representado pela Helena de Fausto: ela personifica um nível romântico e estético que, no entanto, é também caracterizado por elementos sexuais. O terceiro estágio poderia ser exemplificado pela Virgem Maria- uma figura que eleva o amor (*Eros*) à grandeza da devoção espiritual. O quarto estágio é simbolizado pela Sapiência, a sabedoria que transcende até mesmo a pureza e a santidade, como a Sulamita dos Cânticos de Salomão.(no desenvolvimento psíquico do homem moderno este estágio raramente é alcançado...)(JUNG, 1964, p.185)

Como já foi dito, a culpa materna originou-se com o desenvolvimento da psicanálise. Sendo a mãe a responsável pela felicidade de seus filhos, um não-cuidado

permanente para com o filho geraria essa culpa. E a entrada da mulher no mercado de trabalho como fonte de realização pessoal enriqueceu ainda mais esse sentimento, pois a mãe não poderia ficar vinte e quatro horas com seu filho, cuidando de sua felicidade.

3- SOCORRO, MAMÃE FOI TRABALHAR!

“Acho que todas as mães que trabalham sentem-se culpadas a respeito de deixar os filhos. Sinto-me culpada, em especial por deixá-los durante feriados escolares, ou se um deles está doente. Às vezes um deles diz “Não vá trabalhar hoje mamãe, fique em casa comigo” e eu me sinto muito mal.”

Pediatra americana

Cada vez mais, as mulheres vão tomando espaço no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (censo 2000), a mulher representa 31% da força de trabalho, sendo que 17% dessas mulheres sustentam as famílias sozinhas. Numa pesquisa realizada em 1985 em áreas metropolitanas, mais de 78% das crianças ficavam com suas mães. Doze anos se passaram, e esse número caiu para 23%.(BEMFAM, 1997, tab.2.17, p.37 in Bruschini, 1998, p.6)

Com quem deixar o filho quando acaba a licença-maternidade? Essa é uma pergunta freqüente, que não só a mãe se faz, mas muitas pessoas farão. Com a avó? Babá? Às vezes, a avó não está disponível, uma babá pode ser extremamente perigosa, as famílias tanto do pai quanto da mãe estão longe. E agora, o que fazer? A solução pode ser a creche.

Mas essa angústia não é privilégio das mulheres de hoje:

“Durante a maior parte existência humana, e por milhões de anos antes disso, as mães primatas combinaram vidas produtivas com reprodução. Essa combinação de trabalho e maternidade sempre acarretou a realização de trocas, com a cedência de alguma vantagem com vistas à obtenção de uma outra considerada desejável. As mães ou sustentaram custos energéticos e perderam eficiência, carregando os bebês para todo lado (...) ou então instalaram uma alomãe para assumir a tarefa. O que é novo para as mães modernas, porém, é a compartimentação de suas vidas produtivas e reprodutoras.”(HRDY, 2000, p.129)

Analisando as duas situações, tanto a mãe do passado quanto a mãe do presente, saem de casa para ajudar a garantir o sustento da família. Não há diferença no objetivo de sair para trabalhar. O que difere, é que antes, a mulher podia levar o filho junto, mas acarretava problemas (era mais cansativo, o filho lhe “roubava” energia para o trabalho).

Ok. A opção teve que ser a creche mesmo. Mas como a mãe pode ficar longe de seu bebezinho, seu maior objeto de amor. E o que dizer do bebê, que encontra na mãe seu primeiro objeto de amor? E se ele precisar de mim e eu não estiver por perto?, pensa a mãe angustiada. É muito complicado para uma mãe deixar um serzinho tão pequeno longe dela. Se deixar com alguém da família já é estressante, que dirá numa creche, onde trabalham pessoas que ela nunca vira antes.

Mas como a culpa materna se instala nesse período tão particular? No primeiro capítulo, foi visto que as mães francesas do século XVIII negligenciaram seus filhos levando-os à morte por diversos motivos. Mais tarde, parece que a condição de mãe foi posta num patamar mais alto, ou seja, elas começaram a serem respeitadas pela sociedade e aceitavam mais sua condição. Foram praticamente obrigadas a cuidar de seus filhos, sob pena de serem castigadas por Deus. Foi aí que a maternidade tornou-se uma “obrigação feminina”, uma comparação com a Virgem Maria, cuja vida foi dedicada ao seu filho. Abnegadas, devotas, santas, vocacionadas. Esses e outros adjetivos foram atribuídos a essa nova mulher-mãe, cujo papel social cresceu. Graças a Rousseau, as mulheres sentiam cada vez mais responsáveis por seus filhos. Com um alto preço: aquelas que não conseguiam ou não podiam realizar as tarefas maternas, eram condenadas moralmente. “Da responsabilidade à culpa, foi apenas um passo”, disse Badinter (1980, p.238). Ou seja, fundiram as características da “natureza feminina” com a de “boa mãe” (aquela que deixa sua vida para cuidar da vida do filho, faz tudo que o filho quer na hora, etc.), com o objetivo de fazer de toda mulher uma mãe, pois é da “natureza feminina” querer e ter filhos. Daí nasceu o sentimento de culpa materna.

Passados 150 anos, a psicanálise de Sigmund Freud fizera da mãe a grande responsável pela felicidade de seus filhos. Segundo Badinter, uma “missão terrível, que acaba de definir seu papel.”(1980, p. 238) Mas os dois, apesar do tempo que passou, tinham idéias muito próximas:

“Assim fazem Rousseau e Freud, que elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante, com 150 anos a separá-los: sublinham o senso de dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher “normal”. (BADINTER, 1980, p. 238)

Como a mulher poderia escapar à sua natureza? Desde essa época para cá, todas as mulheres passaram a sonhar em casar, ter filhos, cuidar da casa... E pobres mulheres aquelas que não conseguiam casar! Nunca poderão se sentir mulheres se não tiverem seus próprios filhos! Aquela que fugia de seu destino materno era acusada de egoísta, má, desequilibrada, anormal. Afinal, desafiar a ideologia dominante era ir contra a natureza, contra Deus. Por causa disso, mulheres se calaram, tiveram seus filhos e não desafiaram a sociedade. Muitas se calaram tranqüilamente, outras se tornaram frustradas ou infelizes.

Muitos anos se passaram de Freud para cá. A mulher conquistou seu lugar na sociedade como mulher, livre da condição de mãe, aparentemente sem culpa. Graças às feministas e à ciência, a mulher pode escolher ter ou não filhos, na hora que desejar, se sentir preparada para desempenhar esse papel. Mas acredita-se que a culpa ainda habita a mente feminina. Isso porque mesmo com todos os avanços no pensar social, mulheres são educadas para serem mães:

“As meninas são ensinadas a serem mães, preparadas para os cuidados maternos, e aprendem que devem ser mães. São vestidas com roupinhas cor-de-rosa, ganham bonecas e retiram-se delas os carrinhos dos irmãos. Aprendem que ser menina não é tão bom como ser menino, não se permite que fiquem sujinhas, são desestimuladas ao sucesso escolar, e, portanto, tornam-se mães. Desde a tenra infância e até a idade adulta são bombardeadas com livros, revistas, cartazes, cursos escolares e programas de televisão que exibem estereótipos do sexo pronatalistas e promaternais. Elas se “identificam” com suas próprias mães quando crescem, e essa identificação produz a menina como uma mãe. Depois de dominadas por essas pressões cognitivo-psicológicas, as meninas passam a preferir “coisa de menina” e, suponho, por fim “coisas de mulher”, como a maternidade, em consequência de terem aprendido que são meninas.” (CHODOROW, 1978, p.51)

No passado recente, a mulher foi ao mercado de trabalho para provar para a sociedade que é tão capaz quanto o homem de exercer profissões com competência. Após o direito de voto, as mulheres conquistaram cada vez mais seu espaço. Hoje em dia, muitas mulheres estão trabalhando para ajudar no orçamento doméstico e outras são o próprio sustento da família. Mas as idéias seculares da maternidade parecem estar ainda presentes nas mentes femininas. Afinal, biologicamente a mulher tem função reprodutora. Mas dar à luz não é sinônimo de maternidade. Maternar não é apenas gerar e parir, mas cuidar, dar amor, atenção, e não é uma característica que só as mulheres podem ter, afinal, homens também podem maternar. Isso sem contar as responsabilidades de formar e manter um ser humano.

Mesmo tendo o poder de adiar a maternidade, muitas mulheres acalentam o sonho de ter filhos. Umas por causa da profissão, outras por opção. Mas quando os têm, o dilema entre cuidar deles e trabalhar é angustiante. Muitas abandonam o trabalho, outras não tem como fazer isso, e é consumida pela famosa “culpa materna”.

Mas, e a criança? O que ela sente? Será que o filho vai deixar de amar a mãe por privá-lo de seu contato e seu amor? Estas e outras questões passam pela cabeça da mulher-trabalhadora-mãe, que atormentada, se culpa cada vez mais por seus filhos estarem numa creche, num lugar onde ela e ele nunca foram, convivendo com pessoas estranhas, que desempenham o papel da mãe, de dar banho, alimentar, cuidar de sua higiene, brincar, ver seus primeiros passos, suas primeiras palavras, etc. Ouvindo uma mãe de creche na entrada da escola da minha filha, pude perceber a dor que ela sentia. Imagine: uma médica, especializada em CTI, trabalhando em turnos diferentes, muitas vezes passando dois ou três dias sem ver sua filha. Ela acaba perdendo as delícias de ver uma criança se desenvolver, arriscar suas primeiras palavras, etc. Mas ela fazia questão de levá-la sempre que podia, aproveitar cada oportunidade de estar junto, de poder gargalhar com suas gracinhas. Inclusive, a menina se alimentou de leite materno até os seis meses, mesmo na mamadeira. Provavelmente, isso seria uma espécie de elo de ligação das duas.

3.1 Analisando a separação mãe-filho

Diferentemente do que pensa a maioria das mães, a criança sofre sim, mas não como na cabeça culpada de uma mãe atordoada. Na verdade, as separações são inevitáveis durante a vida, é natural. Nos primeiros anos de vida, a separação física entre mãe e filho será com tristeza e dor. Mas nada que possa afetar o emocional da pessoa. Aliás, tudo irá depender da qualidade da relação entre mãe e filho:

“É a capacidade do adulto de identificar-se com a criança que o ajuda a assegurar ao lactente essa *continuidade de existência* de que ele precisa nos primeiros meses de vida. A etapa chamada de *dependência absoluta* (situada por Winnicott entre zero e seis meses) exige uma *continuidade dos cuidados* (ou seja, uma permanência da figura materna).” (MANNONI, 1982 , p.48)

Ao contrário dessa situação de confiança (sim, ela irá satisfazer minhas necessidades), uma relação mãe-filho frágil, instável ou ausente irá acarretar transtornos emocionais devastadores às relações dessa criança no futuro, pois foi quebrado o laço de segurança, e ela acaba aprendendo que todos irão o abandonar, o trair, o recusar, o desapontar. Afinal, quando a única pessoa que lhe ensinaria a ter confiança e segurança para enfrentar um mundo novo e hostil não cumpriu seu papel, ao contrário, o ensinou que não se deve confiar em ninguém, e que todos um dia lhe virarão as costas quando mais precisar.

A separação temporária entre mãe e filho é necessária. Leva a criança a aprender e a aceitar que ela é uma pessoa diferente da pessoa da mãe, e não uma continuação da mãe. É preciso desfazer a simbiose⁷. Essa quebra da simbiose, inclusive, começa com o nascimento, quando o bebê sai do útero materno, torna-se um ser separado, único, mesmo ainda não tendo noção disso.

É a percepção de si mesmo que irá fazê-lo, à medida que for crescendo, notar que é uma pessoa e sua mãe é outra, ou seja, toma consciência de seu “eu”.

⁷ “Um cordão umbilical psíquico”, vínculo emocional que substitui o cordão umbilical fisiológico tão logo ele é cortado.” (Deutsch, H. apud, Badinter, E. 1980, p.309, nota de rodapé)

Segundo Freud (1915), os sentimentos de luto ou melancolia podem tomar a maior parte da alma infantil. O luto, segundo o autor, é um sentimento normal, onde o objeto amado (no caso, a mãe) não existe mais naquele momento, exigindo que toda libido seja projetada para outro objeto, sem nenhum prejuízo para seu ego, ou seja, quando terminado o processo de luto, seu ego já se torna livre. “No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio.” No caso da melancolia, citada nos livros de psiquiatria descritiva, é uma patologia da mente numa forma somática, ou seja, várias situações levaram essa pessoa a se fechar para o mundo, pois seu ego não ganhou força suficiente para ele (o indivíduo) sentir-se aceito e amado, resultando numa perda de auto-estima. O ego é afetado de uma forma mais séria, levando o indivíduo a ter queixas de si mesmo, como se ele fosse um nada. Há uma perda de interesse pela vida, já que o ego torna-se incapaz de desenvolver-se sadiamente, tornando o indivíduo incapaz de se ver como necessário e aceito pela sociedade. Há uma série de “sintomas”, como a insônia, a falta de apetite (duas formas saudáveis de amor à vida, um instinto de sobrevivência). No caso desses sintomas, dormir e se alimentar são necessidades básicas de vida, e com essas recusas, psicologicamente, esse indivíduo perdeu a vontade de viver. No caso do bebê não aceito, ou desprezado, sua pulsão de morte irá prevalecer, levando-o em último caso, à morte física.

Na creche, com a separação física da mãe, o bebê irá experimentar uma fase de luto. Ele irá estranhar o local, as pessoas, mas com carinho e compreensão das duas partes- família e creche- essa fase irá passar, desde que seja uma relação saudável entre essas partes e a criança. O bebê não deve ser visto como um “coitadinho” que foi abandonado pela sua mãe quando esta vai trabalhar. Nem a mãe, uma pobre sofredora que com muito sacrifício deixa seu maior objeto de amor nas mãos de pessoas que ela nunca vira antes e a creche, um local de pessoas estranhas e que não passa de um depósito de bebês. Como foi dito, tudo irá depender da relação da mãe com seu filho e dela com a creche, na medida que conhece a instituição e confia nas pessoas encarregadas de cuidar de seu bebê. Na vida, todas as perdas são necessárias, assim como os ganhos também são. E é preciso aprender a viver com o perder e o ganhar.

O que irá importar é a escolha da guarda da criança. Se há uma confiança e segurança na escolha da creche, o bebê irá se sentir seguro. Ele é capaz de se apegar às pessoas que cuidam dele sem o menor prejuízo em seu desenvolvimento emocional.

“A mãe não-angustiada ajuda seu filho a poder passar sem ela, fazendo-o beneficiar-se de um meio substitutivo tranquilizador. As estruturas sociais corretas podem ajudar a criança a passar da etapa de dependência absoluta à de independência. A independência, no entanto, não é um estado adquirido de uma vez por todas: basta uma doença ou uma dificuldade de viver para que o indivíduo *regrida* a uma etapa anterior- aquela em que só se sentia seguro com a mãe.” (MANNONI, 1982,p.48-49)

O importante, como já foi dito, é estar certa de que escolheu o local ideal, se identifique com as educadoras, enfim, com o pessoal da creche, tenha segurança na sua escolha e esteja feliz realizando-se em dois campos pessoais importantes de sua vida: a realização profissional e a maternidade. É importante frisar também que, se a mãe se convencer de que não é perfeita(nenhuma de nós está livre desse “mal”), as educadoras da creche também não são. São mulheres que também têm seus problemas, marido, filhos, TPM, e não estão livres de errar com o bebê. Como a mãe, num momento de stress, pode gritar, se aborrecer e depois se arrepender, e isso não pode ser encarado como uma incompetência, uma falta de zelo com o bebê ou uma violência da parte da educadora.

4 – A CRECHE EM FOCO

“O que se faz com as crianças é o que elas irão fazer depois com a sociedade.”

Karl Mannheim

Não teve jeito. A creche foi a única saída. Num primeiro momento, a mãe se desespera, chora, às vezes não dorme, tamanha é sua ansiedade. Mas não tem necessidade de um drama tão sério. Veremos ao longo do capítulo, que esse lugar tão “impessoal” não é tão ruim assim.

Em primeiro lugar, a creche não é um depósito de crianças. Em segundo, não é qualquer fundo de quintal que é permitido abrir uma creche. E mais, não é qualquer um que pode trabalhar no estabelecimento. Há ainda condições impostas pelo MEC e Ministério da Saúde para a abertura deste tipo de estabelecimento educacional.

De acordo com a lei 9394/96, a creche atende as crianças de 0 a 3 anos de idade e faz parte da Educação Básica. A chamada Educação Infantil tem como objetivo “desenvolver integralmente a criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social”(LDB, 1996, p.22/23), ou seja, é importantíssimo para a criança que passe por essa etapa. Além do mais, permite que a mulher possa trabalhar mais tranqüila (ainda que teoricamente).

Segundo Kramer, a creche, mais que a pré-escola (4 a 6 anos), realiza não só um caráter assistencial, mas também educativo:

“Evidentemente, a creche, muito mais que a pré-escola, representa uma alternativa concreta para viabilizar a liberação da mulher para o mercado de trabalho. Mas, em todos os tipos de atendimento, se coloca como igualmente relevante à necessidade de que o trabalho realizado no seu interior tenha não só um caráter assistencial, como também educativo. Assim, além da garantia do atendimento nutricional, de saúde e da segurança, se reconhece a importância de existirem determinadas condições de funcionamento e, portanto, de recursos

materiais e humanos no sentido de propiciar o desenvolvimento infantil.”(KRAMER, apud ROSEMBERG, 1989, p. 20-21)

Ou seja, a creche não pode ter uma pequena importância na Educação Brasileira, ela tem um compromisso pedagógico. É nessa fase que as crianças irão se socializar e serem apresentadas ao mundo, e a creche é uma das portas de entrada para esse mundo. Hoje em dia, com todas as pesquisas realizadas nesse campo, é absurda e inconcebível uma idéia de creche como um “lugar onde crianças ficam brincando até a mãe chegar do trabalho”, e a formação do profissional não tenha importância, desde que tenha paciência e goste de crianças.

A primeira vez que a reivindicação por creches foi feita no Brasil, foi na década de 20, quando operários das indústrias de São Paulo protestaram contra uma série de condições precárias de trabalho, e as mulheres além de todas as reivindicações dos homens, exigiam um local para deixar seus filhos enquanto estavam trabalhando. De lá pra cá, muitas coisas aconteceram.

4.1- Histórias da creche brasileira

A maioria das primeiras creches no Brasil, foi aberta por grandes indústrias paulistas⁸, a fim de prestar um serviço para as mulheres que trabalhavam no estabelecimento e não podiam deixar seus filhos com ninguém disponível. Nestlé, Pápaiz, O Estado de São Paulo, e outras grandes indústrias, são exemplos de berçários em seus estabelecimentos, para proporcionar a tranquilidade de suas funcionárias ao voltarem ao trabalho após suas licenças-maternidade.

Algumas indústrias paulistas, já possuíam creches em seus estabelecimentos na década de 20, e serviram de ponto de partida para incluir uma regulamentação sobre creche na legislação trabalhista de 1943. Acontece, que até a década de 70 os empresários não

⁸ Usei como exemplo a cidade de São Paulo por duas razões: a autora Fúlvia Rosemberg, é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, situada nesta cidade. E a segunda, é que São Paulo é uma cidade praticamente industrial, a primeira do país a se industrializar, e portanto, a primeira que sentiu a necessidade de uma reivindicação pela criação de creches, para as mães-trabalhadoras terem com quem deixar seus filhos.

obedeciam a CLT, por diversos motivos. Na verdade, a lei só protege as crianças até os seis meses, período mínimo de amamentação determinado pela OMS.

Na década de 70, mulheres começaram a se organizar para exigir um cuidado maior e de melhor qualidade para com seus filhos. Os movimentos feministas ficaram famosos, e como muitos pensavam, não era um movimento unificado, pois havia divergências entre as idéias: as feministas lutavam contra a discriminação de gênero, enquanto a associação das Mulheres, lutava pela emancipação (em tese, lutas diferentes). Mas de qualquer forma, a reivindicação por creches partia dos dois grupos. Alunos e professores da USP, mesmo dentro do *campus*, fizeram um ato público em favor das creches. Na mesma época, mulheres da periferia fizeram uma manifestação em frente à prefeitura de São Paulo com a mesma reivindicação. A partir desse momento, os movimentos multiplicaram-se, cada qual com sua organização. Até que surgiu um movimento unitário: o Movimento de Luta por Creches, oficialmente criado em 1979.

Na década de 80, o Movimento de Luta por Creches está em franca expansão. Em 1985, a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher, dando mais força ao movimento. Mas não há só a pura e simples reivindicação pela creche, e sim pela sua manutenção e qualidade. A prefeitura promete 830 creches no período de três anos. Depois de instaladas 120 unidades de creches na cidade de São Paulo, em 1983 instaurou-se pela Câmara Municipal uma Comissão Especial de Inquérito, ameaçando o funcionamento das creches públicas. Qual a razão? Pois bem, nessa época a prefeitura da cidade estava sob o comando de partidos de oposição, que investigaram as construções das 120 creches e constatou que a construção e a manutenção eram muito caras, e seria melhor incentivar a participação de setores privados, como Igrejas e associações filantrópicas em conjunto com o Estado contribuindo apenas indiretamente através de convênios. O Movimento de Luta por Creches perde, então, sua força política, pois vários movimentos dissidentes tinham outras prioridades a serem reivindicadas, perdendo sua força unitária.

Mas além de creches públicas, muitas particulares foram abertas nessa época. Aqui no Rio de Janeiro, as tradicionais creches cariocas como: Acalanto, Ciranda Cirandinha, etc., foram abertas nas décadas de 70 e 80 e atendiam à classe média. Muitas delas mantêm convênio com empresas que ficam nas redondezas, dando desconto ou bolsas de estudo aos

alunos, fazendo com que aumente seu quadro de alunos e facilite a vida das mães trabalhadoras.

Felizmente, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e do Plano Nacional de Educação em 2001, finalmente a creche deixou de ser encarada como assistência à criança e passou a ser encarada como parte da educação delas.

4.2 – A creche na Legislação Brasileira

Por muito tempo, a creche foi encarada como assistência social, pois permitia que a mãe carente pudesse trabalhar e sustentar a família.

Na Constituição de 1988, o atendimento de crianças de 0 a 6 anos foi inserido no capítulo referente à educação e definido como direito do trabalhador.

Rosemberg (1986), durante um seminário do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, definiu que a creche, além de direito da trabalhadora, é também um direito da criança.

De acordo com a LDB (1996), o Art. 29 diz que a Educação Infantil é considerada primeira etapa da educação básica, com o objetivo de desenvolver integralmente a criança de 0 a 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, como complemento da ação da família e da comunidade. No caso da creche, ela é destinada às crianças de 0 a 3 anos. Infelizmente, não há menção de obrigatoriedade na lei (por enquanto), ou seja, a Educação Infantil não é obrigatória para essas crianças, os pais não são obrigados a matricularem seus filhos de idade pré-escolar em creches ou pré-escolas.

Em janeiro de 2001, foi publicado pelo Diário Oficial da União o Plano Nacional de Educação, determinando (através de pesquisas quantitativas e qualitativas relacionada a cada área de atuação na educação, e chegando a diagnósticos) diretrizes e bases para a melhoria da educação brasileira.

No caso da Educação Infantil, ficou constatado que a educação de crianças com menos de sete anos é importantíssima, pois é um período crucial para o desenvolvimento da linguagem, da socialização, etc., e que se essas oportunidades forem perdidas, dificilmente os mesmos resultados serão alcançados no futuro escolar. Fora esse desenvolvimento cognitivo-psico-social, pela Constituição Federal, o cuidado e a educação é direito desde o nascimento para as crianças, e direito dos trabalhadores.

Somente agora as creches foram incluídas nos registros de cadastros de instituições educacionais e estima-se que já existam mais de dois milhões de crianças matriculadas neste nível educacional, segundo o PNE (2001).

Um outro dado importante, é que as creches serão transformadas em instituições de ensino, com pedagogia e objetivos próprios, onde os estímulos educativos serão direcionados para a formação da personalidade da criança e seu desenvolvimento pleno. Seus profissionais devem ter formação específica e até as instalações devem obedecer a critérios específicos.

4.3- Obedecendo a Legislação...

Os instrumentos legais que garantem o direito de cidadania das crianças brasileiras de 0 a 6 anos, segundo documento do MEC/CNE⁹ são:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI/99), parecer CEB/CNE nº 22/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998, resolução CEB/CNE nº 1/99. Diário Oficial da União, Brasília, 13/04/99, seção 1, p.18.
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90)¹⁰
- Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8742/93)
- Convenções Internacionais¹¹

⁹ Relator: Antenor Manoel Napolini, processo nº 23001.000061/2000-71, parecer nº 04/2000, da Câmara de Educação Básica, aprovado em 16/02/2000.

¹⁰ Capítulo IV, art. 53 – “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente (...), atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos.”

- Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios.

A Educação Infantil está vinculada aos sistemas de Ensino a partir de um disposto nos Arts. 17, § Único e 18, I e II e ao Art. 89 das disposições transitórias da LDB/96, referindo-se à integração das instituições de Educação Infantil, até 22/12/99, com a colaboração das áreas de Saúde, Assistência Social, Justiça e Trabalho.

Para uma creche funcionar de acordo com a lei, há exigências básicas para garantir sua abertura e seu funcionamento, em seu respectivo órgão competente. São elas¹²:

- Regimento Escolar
- Quadro de Recursos Humanos
- Recursos materiais e espaço físico
- Equipamento e material pedagógico

O Regimento Escolar é um documento normativo de inteira responsabilidade da Instituição, usado para sustentar a proposta pedagógica, que será encaminhado para uma análise, seu cadastramento e arquivo. A proposta pedagógica orienta as práticas de cuidado e educação das instituições de Educação Infantil e a relação com suas famílias. Deve ser desenvolvida por uma equipe docente, respeitando os princípios éticos, políticos e estéticos, integrando aspectos afetivos, físicos, cognitivos, sociais e culturais das crianças, para garantir autonomia, identidade e a cidadania da criança que está em franco desenvolvimento, respeitando a expressão e as competências infantis.

Os professores devem ter no mínimo o curso Normal. Os diretores e coordenadores devem ter este curso também, articulando ações com profissionais da equipe com cuidado e educação de crianças de 0 a 6 anos, inclusive os de Assistência Social e da Saúde. Essas exigências devem ser atendidas até 2007. Enquanto isso, várias instituições que ofereçam essas habilitações, devem estabelecer estratégias para oferecer, em parceria com creches e pré-escolas, os cursos necessários para habilitar esses professores.

¹¹ Declaração dos Direitos Humanos- ONU 1948; Convenção Internacional sobre Direitos da Criança- ONU 1989; Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Jomtien 1990

Quanto aos espaços físicos e materiais pedagógicos, eles devem ser coerentes com a proposta pedagógica, mas devem obedecer a normas para seu funcionamento:

a) Na sala de aula:

- Ventilação e iluminação adequadas (janelas)
- Espaço de, no mínimo, 1m² de área para cada criança (sala de aula)
- Mobiliário adequado à faixa-etária (mesas, cadeiras, estantes e murais do tamanho da criança)
- Brinquedos e materiais pedagógicos de acordo com a faixa-etária da turma que usará a sala e que obedeça às normas de segurança (garantidas pelo Inmetro)
- Nos berçários, berços individuais, com meio metro (pelo menos) de distância entre eles

b) Higiene e saúde:

- Instalações e equipamentos adequados para oferecer higiene, nutrição, saúde e segurança no preparo dos alimentos e na hora das refeições (cozinha, refeitório e lactário¹³)
- Instalações sanitárias suficientes e no tamanho da criança, cujo uso é exclusivo para elas
- Rede elétrica, esgoto sanitário, local para o lixo fora do alcance das crianças
- Água potável
- No berçário, banheiro exclusivo para bebês com menos de um ano, com banheira e espaço para higienização (trocador)

c) Pátio externo

- Solarium

¹² De acordo com o mesmo documento do MEC.

- Brinquedos apropriados à faixa-etária, seguros, higienizados, e bem conservados
- Área livre para movimentação e recreação das crianças

d) Recursos Humanos

- Professores com, no mínimo o curso Normal de nível médio, dando preferência aos graduados em Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil
- Os outros funcionários devem ter, no mínimo o Ensino Fundamental concluído
- Pediatra
- Nutricionista
- Auxiliar de Enfermagem
- Psicólogo (opcional)
- Cozinheira
- Recreadora
- Professor de Educação Física
- Berçarista (na proporção de 1 funcionária para cada 3 bebês)
- Auxiliares de turma

e) Outros

- Condição de atendimento à criança com necessidades especiais, assim como sua permanência na instituição
- Espaço para amamentação
- Recepção
- Sala de professores

¹³ Uma espécie de cozinha, mas só é usado para a preparação das mamadeiras e da alimentação dos bebês com menos de 1 ano, pela necessidade de um maior controle higiênico dos objetos usados por esses bebês.

Essas normas são de responsabilidade dos Municípios, assim como a fiscalização, cada qual com seu órgão responsável.

Como foi visto, as creches são instituições educacionais sérias, com responsabilidades pedagógicas e sociais, fiscalizadas com rigor por órgãos do Governo.

5- COM A PALAVRA, A MÃE

O objetivo desse capítulo é dar a voz à mãe, saber o que ela sente. Permitir que ela fale, que expresse seus sentimentos sem julgamento. Optei por entrevistar apenas uma mãe. Foi possível observar em seu discurso, grande parte dos pontos discutidos e analisados na monografia. Sentimentos de insegurança em relação ao deixar o filho na creche; sua posição diante de uma instituição educacional, o lidar com o sentimento de culpa, sua relação com o filho, sua relação com a berçarista, com a família, com a escola.

Quando questionada sobre a escolha de uma instituição educacional, a resposta foi a mais comum na maioria das mães que trabalham fora: não teve outra opção. Os avós da criança moram longe, ela trabalha o dia todo, teve receio de contratar uma babá, pelas histórias que sempre ouve, de violência e falta de cuidado. E teve outro motivo: a preocupação com o desenvolvimento do filho. Na opinião dela, uma criança sem atividade e socialização não tem um desenvolvimento satisfatório, e numa creche, além de cuidados profissionais esse desenvolvimento é garantido.

Em relação aos sentimentos, ela, como a maioria das mães, foi consumida pela culpa. Na adaptação do bebê, ela disse que o próprio se adaptou muito bem, levou uma semana. Segundo ela, quem realmente precisa de adaptação é a mãe. Ela chorou muito, sofreu e tinha a impressão que tinham arrancado um pedaço dela. Mas ao mesmo tempo, ela tinha a certeza que estava fazendo o melhor para ele, que ele estava realmente bem. Hoje em dia, com 2 anos e 5 meses, ou seja, dois anos depois da entrada do filho na creche, ela conta que está feliz, o filho feliz, ela despreocupada, pois tem certeza que o menino está sendo bem cuidado, por profissionais competentes. Resumindo, a tranquilidade, como mãe, está garantida.

O que levou a essa tranquilidade, foi o fato de ter a certeza que escolheu a melhor opção para o filho. Sua relação com a escola é harmoniosa, de confiança, de amizade, de cumplicidade, pois na sua opinião, a relação família-escola deve se assim. Com essa atitude, ela sente a felicidade, a tranquilidade nos olhos de seu filho.

O pai, como na maioria das vezes, deixa a responsabilidades de educação dos filhos nas mãos da mulher. Ele não influenciou na escolha da creche. No caso da avó, mãe dela, acha um absurdo o neto ficar na creche. Fica com pena do menino, pois está “preso” numa escola, tão pequenino ainda...

Com relação à culpa, ela a define como um “nó na garganta”, “coração apertado”, e a “cabeça a mil”, pois ficava atormentada com pensamentos de abandono (“Será que estou abandonando meu filho?, Será que ele vai se sentir abandonado?”), do querer estar junto, ver seus progressos, pois quando ele era recém-nascido, a vida dela era dedicada a ele, deixando, inclusive, o serviço da casa para quando ele dormisse. Mas depois caía em si e pensava: “não, não é assim, não é por aí, eu trabalho para o conforto dele, se eu trabalho é para dar tudo pra ele”. Mas foi uma fase inicial, segundo ela, pois ela tem a certeza absoluta que foi o melhor. E ele adora a escola, chega em casa feliz e satisfeito.

6- CONCLUSÃO: A CRECHE É UM ESPAÇO DE ACONCHEGO OU DE CONFLITO?

Levando em consideração alguns fatos decorrentes ao longo da história, como responder essa pergunta? Ela é fácil de ser respondida? Bem, analisarei por partes. Fazendo uma recapitulação capítulo a capítulo, pontos importantes devem ser levados em conta.

No primeiro capítulo, a condição da criança no século XVIII não era das mais favoráveis. Milhares morreram, outras tantas ficaram aleijadas, algumas sobreviveram. O fato é que sua posição diante da sociedade era desigual. Os grandes pensadores da época não tinham a criança como um ser humano, e sim um animal, ou menos que isso, pois os animais eram mais bem tratados. Suas mães nada faziam para mudar esse quadro. Ninguém foi a favor das crianças. Eram tidas como um mal, uma ocasião de pecado. A amamentação era vista como sujeira, como inconcebível ação, por parte tanto das mulheres como dos homens também. O homem sentia-se abandonado, posto em segundo plano. A mulher ficava apavorada só de pensar em ficar gorda e feia. Outras davam mais importância aos seus estudos, já que eram permitidas a esse luxo. Queriam parecer com a nobreza, e nobres não cuidam de filhos, mostram vestidos e promovem festas para a alta sociedade francesa. A infância era um mal, e o cuidado materno era zero.

Mas o tempo foi passando, e surge Rousseau. E com ele, as idéias de infância foram se formando. Diz ele: “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem.” (1973, p.09)¹⁴ Ou seja, não é “natural” uma mãe não amamentar nem cuidar do próprio filho. A natureza, obra divina de Deus, ordena que as fêmeas amamentem seus filhos, isso é natural, isso é o certo, Deus fez assim. Ele não foi ouvido de imediato. As mulheres continuaram a mandarem seus bebês às amas de leite.

Mas os soldados das tropas francesas estavam acabando, e, sem exército, não há guerras, sem guerras não há conquistas e sem conquistas não há poder. Napoleão, então, começou a incentivar as mulheres a cuidarem dos filhos. Com a ajuda de Rousseau, de naturalistas, médicos e da Igreja, foi-se criando um novo valor: o amor materno! Só que agora, o valor é mercantil. Cada filho (homem) que uma mulher tivesse, Napoleão dava uma “ajuda” para criá-lo. A condição de mãe, então, foi posta num alto patamar: o de santa. Toda

¹⁴ Emílio ou da Educação

boa mãe é uma santa mulher, dando origem a um novo sentimento angustiante: a culpa. Sendo responsabilizadas pela felicidade dos filhos, a mulher encontra-se numa situação nova, e também desgastante. Mais uma vez, a ideologia dominante dita as regras. Mulheres que não aceitaram a nova condição, eram vistas como egoístas. E, mais tarde, com a teoria freudiana, ela foi chamada de anormal.

A relação mãe-filho, foi paulatinamente construída desde essa época. Com o abandono das faixas e com a higienização correta, suas relações foram ficando estreitas. Mãe e filho criaram um laço de união muito forte. Antes, como relações “naturais”, hoje, as teorias da psicologia e da psicanálise levam em conta a qualidade da relação. Não é mais o amamentar e o cuidar, mas o como amamentar e como cuidar. A troca de olhares, o carinho e o cuidado com o bebê irão influenciar em sua vida. E isso alimentou ainda mais a culpa, pois a mulher moderna trabalha. E muito! Como ter uma relação sólida, se não está 24 horas por dia com o filho?

E a creche? Antes instituição destinada como assistência social, dando um auxílio às mães que precisavam trabalhar por uma questão de sobrevivência, hoje é vista como instituição educacional, onde a criança desenvolve suas potencialidades, adquire autonomia, além de seu primeiro objetivo, um local onde deixar a criança da mãe trabalhadora. Unindo o útil ao agradável, a creche é uma excelente opção para ambos os lados: a mãe, que pode ficar despreocupada, e a criança, que cresce com autonomia e desenvolve potencialidades.

É bom lembrar, que a creche também pode ser uma arma nas mãos dos empregadores. Eles não fazem creches ou mantêm convênios com as creches particulares por serem “bonzinhos” com as mães. Mães confiantes e despreocupadas rendem mais no trabalho e isso é sinônimo de lucro. É impossível deixar de pensar nessa questão. E então: a creche é um espaço de aconchego ou de conflito?

Em primeiro lugar, qual lugar não provoca conflitos? É complicado definir essa questão. O conflito faz parte da vida humana. Ele é necessário para que as coisas sejam postas nos devidos lugares, e assim se amadurece. É um espaço de aconchego, pois o bebê é bem tratado, tem todo um suporte profissional por trás de um berço, de um solarium, de uma brincadeira, de uma canção. Não é apenas deixar uma criança nesse espaço. É muito mais que

isso. É dar-lhe a oportunidade de crescer com autonomia, com um suporte pedagógico desenvolvido por profissionais treinados, responsáveis. Um local limpo, organizado, feito para desenvolver as crianças de maneira plena. Os bebês, quando bem adaptados, são felizes, com olhos brilhantes, mais desenvolvidos no falar, no andar, etc.

E de conflitos, pois não há só um tipo de mãe. Existem vários tipos de pessoas, isso também é fato. Ninguém é igual a ninguém, cada um foi criado de uma maneira, cada um passou por experiências diferentes durante a vida. Como a maternidade não é um instinto, não é inerente à personalidade da mulher, não se pode esperar numa creche, mães que pensem da mesma maneira. Cada uma tem uma história, que com certeza irá influenciar na relação dela com a creche. E cada uma tem sua maneira de ver, encarar e viver a maternidade. Para muitas mães, o fato de deixar a criança na creche é mais uma questão de sobrevivência, quase uma “prova de amor”, já que ela trabalha visando o bem-estar da família, no qual o bebê está inserido.

Quando há uma confiança no estabelecimento, a adaptação do bebê e da mãe se torna mais fácil, ou melhor menos dolorida. Quando há a certeza da melhor escolha, a harmonia é clara. A relação mãe-creche é de parceria. Parceria esta, com um único objetivo: a criança, seu crescimento, desenvolvimento e sua felicidade.

A criança precisa crescer. E deixar a criança crescer é papel da mãe. O bebê não será bebê a vida toda, mesmo que ela o trate como tal. Não criamos filhos para nós, mas para a vida, para o mundo. Deixá-lo crescer não é abandonar, deixar para segundo plano. É por fazer isso, que a mãe prova seu maior amor por um filho: deixá-lo voar. E para isso, é necessário que ele SAIBA voar. E a creche pode ser o começo de toda a jornada pelo crescimento e amadurecimento do ser humano.

E a mulher não tem necessidade de se auto-anular por causa do filho. Ele é PARTE da sua vida, não a SUA vida. A mãe que tem essa consciência vive melhor e permite que o filho viva melhor também.

É óbvio que a mãe não é assim porque é maluca ou neurótica. Todo esse processo de culpa foi imposto há muito tempo, lá na época de Rousseau e seus naturalistas,

piorando ainda mais com o aparecimento da psicanálise, num primeiro tempo. Parece-me até uma espécie de dominação paternalista, visando o poder. Quem determinou que a maternidade é inerente à mulher foram os homens do final do século XVIII, não foi uma escolha feminina, foi uma imposição. E por um motivo escandalosamente mercantil. Como foi dito, sem soldados não há exército, sem exército não há guerras, sem guerras não há dominação, sem dominação não há poder, tal qual aconteceu anos depois, na revolução industrial, já que era necessário o aumento substancial de mão-de-obra, e como não podia deixar de ser, a maternidade foi amplamente incentivada, visando, novamente o poder mercantil.¹⁵

E parece que foi tatuado no inconsciente feminino há gerações. As meninas são criadas para serem mães, elas vêem sua mãe e a imita. E sua mãe viu a mãe dela e a imitou e assim por diante. A responsabilidade foi jogada nas costas da mulher, como se o pai não tivesse nenhuma responsabilidade sobre a felicidade dos filhos.

A qualidade da relação faz a diferença. Se o vínculo da mãe com seu filho é forte, não há o que temer. A mãe é, e será sempre sua referência, seu primeiro objeto de amor. E mesmo com uma boa relação da criança com a berçarista e com a escola como um todo e a confiança da mãe nessa boa relação, o brilho nos olhos e o sorriso iluminado será dado sempre com a chegada da mãe para buscá-lo. E o espaço será sempre de aconchego, com os conflitos totalmente superados.

¹⁵Marx, Karl, O Capital, Livro I, Vol. 1, Capítulo 1, Ed. Abril Cultural, SP, 1984

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philip. Prefácio. In- **História social da criança e da família no Ocidente**, 2 ed, São Paulo:LTC, 1981
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 2. ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, n.7, p.3-4, 10 jan. 2001. Seção 1
- BRASIL. Parecer nº 04/2000, Diretrizes Operacionais para Educação Infantil, de 16 de fevereiro de 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/pcb/pcb0044v03.doc>. Acesso em: 4 mar. 2002
- BRASIL. LDB (1996), **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Seção II, Da Educação Infantil, 1. ed. Rio de Janeiro: Auriverde, 1996
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: **LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION**, 25., 1998, Illinois. Gênero...Chicago: The Palmer House Hilton Hotel, 1998, p.2-7
- CAMPOS, Maria M.M. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo In: **Temas em destaque: Creche**, Cortez, São Paulo, 1989. p.11-19
- _____, Maria M.M. A educação da criança de 0 a 6 anos na legislação-1986 In: **Temas em destaque: creche**, São Paulo: Cortez, 1989. p.236-251
- CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade: Uma crítica a Freud a partir da mulher**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990
- COOPER, C.L. ; LEWIS, S. E agora, trabalho ou família?, 1ªed, São Paulo: Tâmis, 2000
- DOLTO, Françoise. **Sexualidade Feminina: libido/erotismo/frigidez**, 1ªed, São Paulo: Martins Fontes, 1984
- FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia** (1915) In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol.XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1976
- HRDY, Sarah B. **Mãe Natureza: uma visão feminina da evolução. Maternidade, filhos, evolução**, 1ªed, Rio de Janeiro: Campus, 2001
- JUNG, Carl G. Anima: O elemento feminino In: **O Homem e seus símbolos**.7 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. p.177-188

KRAMER, Sônia O papel social da pré-escola In: **Temas em destaque: creche**, São Paulo: Cortez, 1989. p.20-27

MANNONI, Maud. Do nascimento aos "reencontros" do objeto In: **De um impossível ao outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.13-29

_____, Maud. A angústia da separação In: **De um impossível ao outro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.31-45

MUSSEN, Paul H. O desenvolvimento da personalidade In: **O desenvolvimento psicológico da criança**, 9 ed.Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 87-88

O que mudou na presença feminina na família e no trabalho. Jornal O Globo. Caderno de Economia, 8 mar. 2002, p.38

SEABRA, Zelita& MUSZKAT M. Mito de Deméter In: **Identidade Feminina**, Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p.52-54

WINNICOTT, D.W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais In: **O brincar e a realidade**,Rio de Janeiro:Zahar, 1975

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, História social da Criança e da Família no Ocidente, 2ed, São Paulo: LTC, 1981
- BADINTER, Elisabeth, Um amor conquistado: o mito do amor materno. 2 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Auriverde, 1996
- BRASIL. Parecer nº 04/2000, Diretrizes Operacionais para Educação Infantil, 16 fev. 2000 Disponível no site: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/pcb/pcb0044v03.doc>, Acesso em: 04 mar. 2002
- BRASIL. Plano Nacional de Educação, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001
- BRUSCHINI, Cristina Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1998
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 7 ed, São Paulo: Ática, 1996
- CHODOROW, Nancy ~~psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher~~, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990
- COOPER, C.L.; LEWIS, S. E agora, trabalho ou família? 1 ed, São Paulo: Tâmis, 2000
- DOLTO, Françoise Sexualidade Feminina: libido/erotismo/frigidez, 1 ed, São Paulo: Martins fontes, 1984
- FREUD, Sigmund Edição Brasileira de Obras Completas de Sigmund Freud, vol.XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1986
- HRDY, Sarah B. Mãe Natureza, uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e evolução, 1 ed, Rio de Janeiro: Campus, 2001
- JUNG, Carl G. O homem e seus símbolos, 7 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964
- MANNONI, Maud De um impossível a outro, Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- MARX, Karl O Capital, Volume I, Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1984
- MUSSEN, Paul H. O desenvolvimento psicológico da criança, 9 ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1980
- ROSEMBERG, Fúlvia(org) Temas em destaque: Creche, 1 ed, São Paulo: Cortez, 1989
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da Educação, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973

SEABRA, Zelita & MUSZKAT M. Identidade Feminina, Rio de Janeiro: Vozes, 1987

WINNICOT, D.W. O brincar e a realidade, Rio de Janeiro: Imago, 1975